



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Da NEP ao Stalinismo

David Maciel

Como citar: MACIEL, D. Da NEP ao Stalinismo. *In:* DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa: a transição socialista como atualidade histórica.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 205-226.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p205-226>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

DA NEP AO STALINISMO: REVOLUÇÃO PERMANENTE E REVOLUÇÃO PASSIVA NA RÚSSIA SOVIÉTICA

David Maciel

A partir da abolição da servidão em 1861 desencadeia-se na Rússia dos Czares um processo de transição ao capitalismo que privilegia o avanço da propriedade privada, o fortalecimento dos camponeses ricos (*kulaks*) e um movimento de industrialização e modernização econômica fortemente dirigido e controlado pelo Estado, apesar da grande presença do capital estrangeiro. Ainda que incapaz de consumir a transformação burguesa do Estado absolutista russo, de fazer a nobreza russa se “aburguesar” à moda dos *junkers* alemães e de impedir a revolução a partir de baixo, este movimento de revolução passiva promovido pelo czarismo russo desencadeou tendências de longo prazo que cobraram seu preço ao longo do tempo. A partir da Primeira Guerra Mundial a revolução permanente se impôs como estratégia revolucionária historicamente necessária na

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p205-226>

conjuntura russa, concatenando a dinâmica interna à internacional. Os bolcheviques só conseguiram dirigir a revolução porque foram capazes de compreender esta concatenação e as possibilidades abertas para uma Revolução Socialista num país atrasado, tornando-se os porta-vozes das classes subalternas. No entanto, diante de um cenário internacional adverso e das enormes dificuldades internas os bolcheviques não conseguiram levar às últimas consequências sua opção pelos *soviets* e pelo protagonismo das massas trabalhadoras, preferindo o resgate dos métodos autocráticos e do dirigismo econômico estatal para superar os obstáculos e salvar a nova ordem social e política. Neste sentido, a revolução passiva é recolocada como uma necessidade histórica, levada às suas últimas consequências como estratégia de atualização pelo alto da sociedade soviética, criando-se uma potência industrial e militar, mas não uma sociedade onde prevaleciam a socialização econômica e política.

A Nova Política Econômica (NEP) expressa um momento do processo revolucionário russo em que se fez necessário interromper a dinâmica de revolução permanente inaugurada em 1917 com vistas a garantir a sobrevivência do poder bolchevique e a criação das condições materiais para a transição socialista numa conjuntura de derrota da revolução mundial, de isolamento internacional da URSS e de acentuada desestruturação econômica. Por conta disso, a perspectiva da revolução socialista presente na dinâmica da revolução permanente russa teve que ser paralisada em favor da perspectiva da revolução burguesa, favorecendo a economia de mercado e o Capitalismo de Estado, expresso na propriedade estatal sob controle burocrático. Se no princípio a paralisação da revolução permanente era tida como uma iniciativa temporária, devidamente revertida quando a situação emergencial fosse superada, com o tempo as novas contradições desencadeadas pela própria NEP colocam a perspectiva de superação da economia de mercado em favor do Capitalismo de Estado como uma possibilidade, devidamente assumida por uma burocracia já consolidada no poder e por uma classe operária incapaz de impor sua hegemonia. Daí a interrupção definitiva da revolução permanente em favor de uma revolução passiva burocrática que em muitos aspectos retoma, de

maneira atualizada, elementos e processos próprios do czarismo, enterrando definitivamente a perspectiva socialista da revolução russa.

I

O processo de *revolução passiva*¹ burguesa na Rússia abrange um período de aproximadamente meio século, quando o Estado czarista procura atualizar a formação social russa em conformidade com a modernização capitalista em curso na Europa Ocidental. Motivado fundamentalmente por razões militares, particularmente depois da derrota para a França e a Inglaterra na Guerra da Criméia (1856), e para contornar a crise social no campo, o processo de *aggiornamento* russo buscou garantir o avanço do capitalismo e da moderna indústria sem que as estruturas políticas sofressem grande alteração, preservando o poder de classe da nobreza e o próprio czarismo. A chamada “Era das Reformas” se inicia com a abolição da servidão, em 1861, expandindo as relações capitalistas de produção e de propriedade no campo; se desdobra com a modernização militar e bélica do Exército e da Marinha e avança com a introdução de medidas de racionalização e profissionalização da burocracia e do sistema judiciário, além do fortalecimento de instâncias políticas regionais e locais (como as assembléias provinciais). Paralelamente ocorre um esforço de industrialização que teve no Estado e no capital externo seus principais agentes e que possibilitou o desenvolvimento de setores industriais altamente concentrados e tecnologicamente avançados, particularmente no âmbito da indústria de bens de capital, em grande medida vinculados às necessidades militares (mineração, metalurgia, ferrovias, etc.). Socialmente ocorre um processo de intensificação das desigualdades sociais no campo, de êxodo rural, de crescimento da população urbana e de proletarização acelerada de contingentes populacionais expressivos, possibilitando a emergência de

¹ Gramsci trata do conceito de revolução passiva ou revolução-restauração em diversas passagens dos *Cadernos do Cárcere*, relacionando-o aos conceitos de transformismo, cesarismo, guerra de posição, etc. No entanto, discorre em especial sobre a revolução passiva quando trata da realidade italiana, seja discutindo a filosofia de Benedetto Croce (GRAMSCI, 2004, p. 227-430) seja analisando o *Risorgimento* (GRAMSCI, 2002). Para uma reflexão sobre os sentidos dos conceitos de revolução passiva e de transformismo ver Maciel (2006).

um operariado fabril numeroso e concentrado em algumas cidades. Após a Revolução de 1905, que expressou pela primeira vez a incapacidade deste movimento de revolução passiva em conter uma revolução social a partir de baixo, o czarismo russo reage com violenta repressão, ao mesmo tempo em que institui uma monarquia semi-constitucional, pois a criação da Duma (Parlamento), do sistema partidário e eleitoral não reduziu fundamentalmente o poder autocrático do czar, e promove uma política de “cercamentos”, que favorece ainda mais o avanço do capitalismo e da propriedade privada no campo.

Porém, o caso russo guarda peculiaridades que o afastam bastante do caso clássico da revolução passiva, particularmente daquele representado pela Alemanha e, em menor grau, pela Itália. Em primeiro lugar, salta aos olhos a fraqueza da burguesia russa não só do ponto de vista político, mas também do ponto de vista econômico. O desenvolvimento industrial foi muito mais fruto da ação do Estado e do capital externo do que propriamente da burguesia russa. Ao contrário da burguesia alemã, que consegue impor a livre circulação de mercadorias e a mão de obra no interior da federação alemã antes mesmo do abalo de 1848 e se torna a principal credora do Estado prussiano, além de conquistar espaço político no Parlamento e em instâncias de poder locais, a burguesia russa só consegue a liberdade de movimentação da mão de obra muito tardiamente e ainda assim de maneira parcial. No plano político-ideológico o liberalismo sempre foi marginal enquanto força política e corrente de pensamento, vindo a burguesia russa a se organizar em termos partidários apenas depois da Revolução de 1905 com o partido “Kadete” (Partido Constitucional Democrático) e ainda assim exercendo uma função de força política auxiliar da autocracia quando é criada a Duma (Parlamento) e a burguesia liberal passa a ter uma representação parlamentar.

Em segundo lugar, a aristocracia buscou se contrapor ao anacronismo e à crise da ordem econômica e social feudal reforçando seus laços com a autocracia, suas posições no interior do Estado como burocracia e seu “parasitismo” econômico, ao invés de aderir maciçamente à agricultura mercantil e à perspectiva empresarial. Ou seja, à crise da ordem social feudal e do absolutismo a aristocracia russa reagiu defensivamente, restaurando

seus privilégios econômicos e reforçando suas posições tradicionais, não buscando dar a direção do processo de mudanças. Neste sentido, os setores reformistas da burocracia que dirigiram a revolução passiva falhada na Rússia, não só careceram do apoio desta classe dominante fundamental, mas sofreram dela dose considerável de resistência.

Em terceiro lugar, a autocracia czarista e a burguesia russa nunca foram capazes de desenvolver um movimento transformista bem sucedido em favor de sua perspectiva de revolução passiva sobre seus adversários. As tentativas de transformar a comuna rural num bastião em defesa do czarismo fracassaram completamente, como evidenciam seu papel nos levantes camponeses e na defesa dos seus interesses contra o Estado e a aristocracia. A força dos “populistas russos”, Narodnikis, e depois do Partido Socialista Revolucionário no campo também é outra evidencia importante da hostilidade do campesinato diante da autocracia czarista. Em relação ao movimento operário o fracasso é ainda maior, pois tanto a socialdemocracia, quanto o anarquismo sempre vislumbraram a perspectiva revolucionária. Mesmo os mencheviques, que defendiam a aliança do proletariado com a burguesia, vislumbravam a derrubada do czarismo pela via revolucionária. Assim, fracassou a tentativa de atualização da ordem social russa por meio de uma revolução passiva promovida pelo Estado czarista e pela aristocracia, tornando a revolução social ativa uma necessidade histórica.

Neste sentido, resulta daí uma revolução passiva burguesa “falhada”, quando comparada com outros processos como os casos alemão ou italiano, que criou uma formação social compósita, sob predomínio capitalista na economia urbana e industrial e em parte da agricultura, porém com sobrevivências feudais importantes no campo, emperrando o pleno desenvolvimento de um mercado consumidor interno e do próprio capitalismo agrário. Esta combinação criou um capitalismo francamente dependente do estatismo e do capital externo, com uma burguesia débil politicamente e um Estado feudal-absolutista dominado política e burocraticamente pela aristocracia e que preservou sua integridade, mantendo-se imune às formas políticas burguesas representadas pelo constitucionalismo e pelo parlamentarismo. A força do absolutismo russo

se revela não só no controle “mercantilista” do Estado sobre a economia industrial, mas na própria relação deste com o nascente movimento operário, tratado por meio de uma combinação de repressão pura e simples com infiltração das direções sindicais pela polícia. Neste sentido as tendências socioeconômicas desencadeadas pela “Era das Reformas” e pelo processo de transição ao capitalismo na Rússia foram: a forte presença estatal na economia industrial; o fortalecimento da propriedade privada no campo, particularmente da propriedade dos *kulaks*, e o desenvolvimento de uma sociedade civil estatizada, como no caso da Igreja e da escola, ou controlada de perto pelo Estado, como no caso dos sindicatos. Após a Revolução de 1905 estas tendências são reforçadas, particularmente pela política agrária do primeiro-ministro Stolypin (1906-1911), mas não se fazem acompanhar de um processo efetivo de atualização burguesa do Estado czarista. A monarquia semi-constitucional e o Parlamento, criados após 1905, são concessões provisórias do czarismo ao movimento revolucionário, logo anuladas em favor de uma perspectiva efetivamente autocrática, reforçada ainda mais pelo sistema administrativo de urgência suscitado pela Primeira Guerra.

II

Ao contrário do que se dá nas revoluções passivas bem sucedidas, a revolução passiva russa não só não afastou a ameaça da revolução social, como a tornou mais necessária à medida que as contradições devidas ao caráter compósito de sua formação social se acirravam. A Revolução de 1905 abriu uma era de revolução social, evidenciando tanto a necessidade histórica da revolução, quanto à incapacidade orgânica do czarismo de anulá-la em favor da perspectiva passiva por meio de um movimento de cooptação das forças revolucionárias. Com o refluxo da revolução as pequenas modificações promovidas na estrutura política foram rápida e decididamente anuladas, restaurando o czarismo em sua inteireza sob a capa de uma monarquia semi-constitucional, enquanto o avanço do capitalismo foi acelerado com as reformas promovidas por Stolypin.

A crescente contradição entre estrutura a socioeconômica e a estrutura política explodiu em 1917 de maneira tal que o regime não resistiu por duas semanas ao levante popular de fevereiro. A partir daí retoma-se um processo de revolução social manifesto na aceleração da organização popular por meio dos *soviets*, das comunas rurais, dos sindicatos e partidos de esquerda, na ocupação das terras pelos camponeses, na deserção em massa dos soldados e na criação de uma crescente dualidade de poderes entre o governo provisório, instalado em fevereiro, e o *soviet* de Petrogrado. A novidade é que a perspectiva socialista se colocava no horizonte da Revolução Russa, por conta de um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, deve-se destacar o protagonismo dos trabalhadores, particularmente do operariado industrial, no processo revolucionário, devido à própria incapacidade orgânica da burguesia russa de dirigir qualquer perspectiva revolucionária, mesmo a de tipo passivo. Protagonismo expresso em sua emergência absolutamente inovadora na cena política, em termos organizativos e programáticos com os *soviets* e com a perspectiva de controle operário da produção industrial, de democratização das relações no interior das forças armadas e da ocupação das terras. A partir de fevereiro a demanda pelo controle das fábricas e fazendas pelos trabalhadores se colocou progressivamente com uma força ainda não vista e inspirou inúmeras iniciativas de ocupação e autogestão, instituindo uma nova correlação de forças em favor do aprofundamento da revolução e atropelando a própria legalidade instalada com a queda da monarquia.

Em segundo lugar, é preciso considerar a situação internacional de guerra, favorável à emergência revolucionária das massas no centro e na periferia do sistema capitalista, num movimento articulado de revolução mundial que poderia favorecer a transição socialista num país ainda atrasado graças ao apoio dos países desenvolvidos cujo poder já estivesse sob controle dos trabalhadores. Ou seja, a guerra criou uma situação favorável à uma revolução mundial. Em terceiro lugar, o avanço e a própria especificidade do processo de modernização econômica da sociedade russa que, apesar de seus limites, já possuía um setor industrial com níveis de concentração e avanço tecnológico consideráveis, capazes de dinamizar o desenvolvimento econômico em outros setores e assim criar a base material

necessária à transição socialista, além de concentrar a classe operária nas principais cidades do país. Esta nova situação conferia à revolução russa o caráter de uma *revolução permanente*², pois sequer as tarefas democrático-burguesas haviam sido realizadas e as tarefas socialistas já se colocavam como uma necessidade histórica.

Por conta do fracasso da revolução passiva desencadeada pelo czarismo russo em viabilizar a transição para o capitalismo e ao mesmo tempo conter o ímpeto revolucionário das massas urbanas e rurais, a Revolução de Outubro de 1917, o Comunismo de Guerra e a Guerra Civil (1918-1921) representam uma revolução política e social compósita, combinando revolução burguesa e revolução socialista num movimento de revolução permanente. No entanto, a perspectiva socialista presente nas formas de controle operário da produção, de controle camponês da distribuição das terras e na nacionalização da propriedade convivem contraditoriamente com duas perspectivas burguesas. De um lado a perspectiva do capitalismo de Estado, presente no estatismo representado pelo dirigismo administrativo, que submeteu paulatinamente o controle operário à gestão individual dos gerentes indicados pelo governo; pela centralização decisória, cada vez mais intensa no âmbito do partido e do governo; pelo esvaziamento dos *soviets* como instâncias efetivas de poder, pela submissão dos comitês de fábrica aos sindicatos e destes ao governo e pelo privilegiamento dos “especialistas” no plano da gestão econômica e do comando militar, aprofundando a divisão social do trabalho, a diferenciação salarial e favorecendo a adesão de segmentos burgueses e burocráticos identificados com a velha ordem ao partido e ao novo regime. De outro lado, a perspectiva privatista pequeno-burguesa, representada pela propriedade individual camponesa e artesanal, que garantiu o apoio camponês ao

² O conceito de revolução permanente foi desenvolvido por Marx e Engels em diversos trabalhos durante a conjuntura revolucionária de 1848-49 e no âmbito de sua militância na Liga dos Comunistas. Desde *Princípios básicos do comunismo* (1847), elaborado por Engels, passando pelo *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e pelas *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha* (1848) a estratégia da revolução permanente é colocada para a classe operária como caminho para a ultrapassagem da revolução burguesa e a efetivação da revolução socialista, no entanto, é na *Mensagem da Direção Central da Liga dos Comunistas* (1850) que a dinâmica e as tarefas da revolução permanente são descritas com detalhe, particularmente no tocante à construção da autonomia política e organizativa da classe operária. Para as perspectivas da revolução permanente na Rússia ver Trotsky (1973) e Lênin (2005). Para uma análise do contexto de elaboração e do próprio conceito de revolução permanente em Marx e Engels ver Maciel (2014).

governo bolchevique e a manutenção da aliança operário-camponesa, particularmente diante da ameaça da restauração aristocrático-burguesa representada pelos Exércitos Brancos, mas ao preço de tornar o campo russo ainda mais impermeável à perspectiva socialista. Ora, na medida em que a revolução mundial era derrotada e deslocada do horizonte político, permitindo a salvação do sistema imperialista e abortando a perspectiva de auxílio externo por parte de uma revolução socialista vitoriosa num país desenvolvido; em que o atraso econômico-social mostrou-se mais sólido e renitente que o ideário da mudança social e cultural, cobrando um preço econômico gigantesco; em que o cerco internacional e a guerra civil impunham uma situação dramática, dizimando física e socialmente a classe operária russa e forçando a criação de uma economia de guerra, prevalecem sobre a perspectiva socialista a composição com as forças sociais da velha ordem, o privatismo e as tendências centralizadoras e burocráticas, esvaziando o horizonte socialista da revolução. Neste aspecto desagregase uma das condições para o êxito da revolução permanente na ótica de Marx e Engels, qual seja a autonomia política, ideológica e organizativa do proletariado e sua transformação em classe dominante, processo iniciado em 1905, reforçado em 1917 e agora contra restado pelo estatismo e pelo centralismo decisório. Portanto, a revolução permanente consolidada em Outubro de 1917 começa a ser paralisada em seu próprio bojo, na medida em que a perspectiva socialista conviveu com grandes dificuldades e começou a ser revertida no seu próprio processo de implantação.

III

A NEP (1921-1927) restaura em parte as tendências históricas desencadeadas durante a revolução passiva burguesa, porém sob poder bolchevique, manifestas no estatismo, no privatismo e no *kulakismo*. O estatismo expresso na propriedade estatal das grandes empresas e no controle estatal sobre a economia privada; o privatismo expresso nas concessões à economia privada e no restabelecimento das relações de mercado; e o *kulakismo* no estímulo à propriedade privada no campo e à produção

para o mercado, que beneficiou prioritariamente os camponeses ricos, *kulaks*. Assim, durante a NEP a perspectiva socialista é afastada, mesmo que intencionalmente de maneira provisória, em nome da manutenção da aliança operário-camponesa que garantiu a Revolução de Outubro e a vitória na Guerra Civil.

A NEP teve como ponto de partida o estabelecimento do imposto em espécie, em março de 1921, para substituir as requisições forçadas no campo e estimular a retomada da produção agrícola e assim aplacar o descontentamento do campesinato com o regime, na medida em que a guerra civil era vencida pelo Exército Vermelho e a ameaça de restauração aristocrático-burguesa era afastada. Uma vez pago o imposto em espécie, o campesinato podia vender o seu excedente de produção, o que estimulou o restabelecimento da economia de mercado no campo. Na prática, os principais beneficiários desta liberação foram os camponeses ricos, *kulaks*, pois o camponês pobre continuou a produzir para subsistência. Mais tarde o governo bolchevique liberou o arrendamento das terras e a exploração de mão de obra no campo, favorecendo os *kulaks* mais uma vez e estimulando seu enriquecimento.

No setor industrial e na economia urbana a NEP favoreceu mais a pequena indústria, produtora de bens de consumo, particularmente aquela localizada na zona rural, do que a grande indústria do setor de bens de produção, para garantir o abastecimento do campo e estimular a produção de excedente agrícola. Também limitou o processo de nacionalização/estatização, devolvendo diversas empresas à iniciativa privada, inclusive aos ex-proprietários; além de abrir a economia russa à investimentos estrangeiros, estimular as práticas comerciais e a busca do lucro. Neste movimento foram beneficiados os antigos “caixeiros-viajantes”, especuladores e atravessadores que passaram a explorar o comércio varejista, enquanto o governo procurava controlar o processo de distribuição no atacado. Com o retorno pleno da economia monetária, a moeda sofreu um processo de forte desvalorização, gerando inflação e favorecendo ainda mais os comerciantes privados. Entre as empresas estatais o governo estimulou a formação de grandes trustes, reunindo diversas empresas, que também passaram a ser geridas pela perspectiva

da lucratividade. Apesar desta tentativa de otimização da produção e de superação da desorganização econômica da época do “Comunismo de Guerra”, a grande indústria continuou estagnada, particularmente durante a chamada “crise da tesoura”, carente de investimentos, de maquinário e de técnicos, com aumento do desemprego e queda salarial. Mesmo depois, quando há uma retomada geral da indústria, o setor que mais se desenvolve ainda é a pequena indústria de bens de consumo, crucial para garantir as trocas com o campo e o abastecimento das cidades. Paralelamente o controle operário da produção era definitivamente enterrado, na medida em que a tendência a entregar a gestão das empresas para os “Gerentes Vermelhos”, recrutados entre os antigos gerentes e proprietários das indústrias, se consolidou, conferindo-lhes uma série de privilégios, salários diferenciados e permitindo-lhes a adoção de métodos administrativos despóticos. Se a proposta de militarização dos sindicatos foi rejeitada, por outro lado os mesmos passaram a ser considerados órgãos auxiliares do Estado, com a função de estimular o aumento da produtividade e a disciplina no trabalho, paralelamente à sua condição de órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores. O descontentamento operário não se fez esperar, com a ocorrência de diversas greves e a denúncia por parte de diversos setores de que o governo bolchevique traía a perspectiva socialista da revolução.

A liberalidade econômica instituída pela NEP não se fez acompanhar da liberalidade política, ao contrário, o centralismo e o autoritarismo aumentaram, tanto no aparelho de Estado, quanto no interior do partido, com os diversos setores de oposição sofrendo forte processo de repressão e isolamento político, desde a rebelião de Kronstadt, em 1921, até o cerco e eliminação da Oposição Unificada (Trotsky, Zinoviev, Kamenev) em 1926-27. Com o afastamento e morte de Lênin, o sucesso da NEP fortaleceu a aliança Stálin-Bukharin no comando do governo, mas particularmente fortaleceu os novos segmentos recrutados para a burocracia, cada vez mais dependentes dos favores e privilégios que lhes eram concedidos pela secretaria geral do partido.

Assim, ao restabelecer o avanço da iniciativa privada, mesmo que sob controle estatal, atraindo investimentos de capitalistas nacionais e

estrangeiros, os *nepmen*; fortalecer os *kulaks* no campo, apesar da manutenção da comuna rural, e restabelecer o livre-mercado, o governo bolchevique solapou o controle operário e o papel político dos *soviets*, base política para qualquer perspectiva socialista efetiva. É fato que no campo o controle de parte das terras pela comuna rural e pelas cooperativas camponesas continuou, mas o setor mais dinâmico da agricultura era claramente baseado na grande propriedade camponesa e no enriquecimento dos *kulaks*. Apesar da retomada dos índices de produção para níveis anteriores à Primeira Guerra, o que permitiu a superação relativa da grave escassez de bens e alimentos, o reabastecimento das cidades e certo reequilíbrio econômico, consolidando o poder revolucionário numa situação de isolamento internacional e fracasso da revolução mundial, a NEP desatou novas contradições, antagonizando estatismo e privatismo de maneira crescente e radical. O que reforçou as tendências centralistas e burocráticas já manifestas durante o “Comunismo de Guerra” e impôs o monolitismo político no interior do partido, do governo e do próprio movimento comunista internacional. Neste sentido, a NEP significou uma paralisação (intencionalmente momentânea) na revolução permanente, prevalecendo as duas perspectivas burguesas que assinalamos, do capitalismo de Estado e do privatismo, em detrimento da perspectiva socialista.

IV

A partir de 1925 o debate sobre os rumos da NEP se instala, fundamentalmente por conta das preocupações de alguns setores do partido com as dificuldades de desenvolvimento da indústria de bens de capital e dos novos problemas com o abastecimento nas cidades. A liberação das práticas de mercado e a abertura à propriedade privada na indústria beneficiaram fundamentalmente o setor de bens de consumo, mantendo o setor de bens de capital, sob predomínio da propriedade estatal, carente de recursos, tecnologia e mesmo maquinário, apesar do grande avanço em termos de concentração e centralização econômica. A retomada do desenvolvimento econômico e o avanço tecnológico nos países capitalistas

tornaram-se fonte de preocupação ante a possibilidade de um novo ataque militar, particularmente na conjuntura de rompimento diplomático com a Inglaterra (1927) e isolamento internacional da URSS. Paralelamente, o processo de desvalorização do rublo fez com que os camponeses passassem a estocar o principal ativo de que dispunham, os cereais, ao invés de vendê-los no mercado e trocá-los por uma moeda desvalorizada pela escalada inflacionária, causando nova crise de abastecimento nas cidades.

Diante deste cenário, as demandas por planejamento econômico e apoio à industrialização se intensificam, mesmo entre os defensores da NEP, redefinindo a correlação de forças no interior do partido e do Estado e abrindo caminho para o planejamento estatal, a industrialização acelerada e a “coletivização” forçada do campo. Isto porque como uma das bandeiras da Oposição Unificada (Trotsky, Zinoviev, Kamenev) era a defesa da industrialização e a redução das vantagens dadas aos camponeses, além das críticas ao centralismo decisório e ao burocratismo, enquanto esta não foi derrotada os setores dirigentes vinculados à Stálin contiveram suas críticas à NEP. No entanto, após a derrota definitiva da Oposição Unificada, em 1927, os ataques aos privilégios conferidos aos camponeses se intensificam e a “guerra aos *kulaks*” é anunciada; além da defesa do planejamento econômico e do apoio à indústria pesada como medidas estrategicamente necessárias à sobrevivência da URSS. A partir daí a aliança entre Stálin e Bukharin em torno da defesa da NEP se rompe progressivamente e este passa a constituir a chamada “Oposição de Direita” (Bukharin, Rikov e Tomsky), derrotada a seguir.

Em função da proposta da industrialização acelerada, que tem como eixo fundamental o apoio integral à indústria de bens de capital, e de guerra aos *kulaks* e à iniciativa privada no campo, o governo passa a instituir a planificação econômica, com a definição de prioridades, fontes de financiamento e metas de produção e distribuição. O Primeiro Plano Quinquenal é aprovado em maio de 1929. Toda a economia passa a girar em torno da priorização maciça da indústria de bens de capital (metalurgia, siderurgia, eletricidade, maquinário), da indústria bélica (aeronáutica, tanques, armas, além da indústria química) e dos setores de infra-estrutura e transportes (autoestradas, ferrovias, automóveis, caminhões e tratores).

Entre 1928 e 1940, enquanto a porcentagem de bens de consumo cai de mais de dois terços da produção total para menos de um quinto, a produção de bens de produção sobe de pouco menos de um terço para mais de 60%, evidenciando não só a prioridade dada à indústria pesada, mas o próprio processo de depressão do consumo das classes trabalhadoras.

Paralelamente, há uma intensificação da pressão pelo aumento da produtividade, tendo em vista que uma das fontes de financiamento da industrialização era a inversão dos lucros das próprias indústrias. Daí a intensificação da extração da mais-valia, favorecida pela normatização crescente da atividade produtiva, pela política de planejamento estatal dos aumentos salariais, o que implicava no arrocho salarial e no esvaziamento dos sindicatos como instâncias de negociação, porém, em contrapartida, no seu reforço como órgãos de educação e disciplinarização dos trabalhadores no sentido do produtivismo. Considerando-se o índice 100 para os anos de 1927-1928, em 1931 o índice de renda nacional cresce para 140, o índice de produção industrial sobe para 165, enquanto o índice de salários reais na indústria desce para 65,4, evidenciando o processo de arrocho salarial. Em outro dado revelador do processo de intensificação da exploração da classe operária com vistas ao financiamento da industrialização acelerada, entre 1928 e 1932 a taxa de mais-valia mais do que quadruplica.

Além do autofinanciamento pelas próprias indústrias, outras fontes de financiamento definidas pelo plano eram o imposto de renda, o imposto sobre a agricultura, o imposto sobre o consumo (este equivalendo a nada menos que um terço de toda a carga tributária) e o imposto sobre os setores privados ainda remanescentes. Portanto, não apenas os camponeses financiaram a industrialização acelerada, mas como vimos acima, principalmente a própria classe operária, cujo crescimento demográfico se amplifica rapidamente após o fim da guerra civil, com a própria industrialização e com o êxodo rural criado no campo pela política de coletivização forçada. Se entre 1928 e 1940 calcula-se uma redução de mais de 10 milhões de habitantes na tendência de evolução demográfica do país, no mesmo período a população urbana cresce de menos de um quinto para um quarto da população total, enquanto o operariado industrial quase triplica. Com a planificação ocorre o controle político da distribuição dos

produtos e dos preços em geral, além do avanço acelerado da estatização das empresas, principalmente nas grandes empresas, com a propriedade privada tornando-se cada vez mais restrita e limitada às pequenas indústrias até o seu desaparecimento.

Na agricultura, o governo impõe um processo virulento de “coletivização” da terra, obrigando os camponeses a integrarem suas terras, equipamentos e animais aos *kolkoses* (fazendas coletivas) ou aos *sovkoses* (fazendas estatais), forçando a abolição da propriedade individual e tirando dos camponeses a capacidade de decidir como e onde produzir e para quem vender. Com toda força e pela força voltam as requisições de cereais e o controle de preços, criando um processo de tensão no campo que opõe o governo soviético ao conjunto do campesinato, não só aos *kulaks*, abrindo caminho para uma nova guerra civil. Entre 1928 e 1932, em média há uma tendência de queda na produção de alimentos básicos como cereais, batata, carne e leite, enquanto o volume coletado por meio das requisições forçadas aumenta em termos gerais, e em alguns casos quase duplica, como no caso dos cereais, ou mais que triplica, como no caso da batata. Por conta desta orientação, ao mesmo tempo em que há um processo de aumento da área dos *kolkoses* e *sovkoses*, o chamado “gigantismo”, a comuna rural russa, *mir*, é extinta como instância de organização e deliberação camponesa, eliminando-se assim o último resquício do passado feudal russo.

A combinação entre industrialização acelerada e “coletivização” forçada do campo modifica drasticamente a paisagem social da URSS na década de 1930, com o crescimento vertiginoso da população urbana, particularmente do operariado industrial, graças, em grande parte ao êxodo rural, ao mesmo tempo em que há uma redução significativa na população geral do país. Esta situação permitia aos trabalhadores do campo e da cidade buscarem melhores condições de vida e trabalho, no entanto, gerava uma situação de instabilidade social que o governo procurou conter restabelecendo a antiga política czarista de passaportes internos e registro compulsório na polícia, aliada à uma legislação repressiva que proibia a mudança de emprego e a falta ao trabalho.

No plano político, as tendências centralizadoras e autoritárias desencadeadas desde a guerra civil se intensificam ainda mais, pois a

ascensão de Stálin ao poder significou a vitória definitiva da burocracia sobre os trabalhadores e sobre as tendências que ainda vislumbravam a retomada da perspectiva socialista. Particularmente vitoriosos são os novos quadros recrutados para a burocracia e as funções “especializadas” entre o novo operariado e os recém ingressos no partido. Enquanto há um processo de expurgo dos antigos “especialistas”, quadros da época do czarismo que aderiram ao novo regime, ocorre a ascensão de uma nova geração, que herda os privilégios da antiga e a legitimidade política da origem proletária ou camponesa. E mesmo entre os quadros vitoriosos, que ascenderam ao poder junto com Stálin, os expurgos continuaram durante toda a década de 1930. Após os processos de Moscou, que eliminaram o que restava das oposições na antiga liderança bolchevique (Oposição Unificada e Oposição de Direita), o acerto de contas em favor da autocracia staliniana continuou, atingindo parte dos próprios quadros stalinistas nos aparatos administrativo, repressivo e militar. Quanto mais a perspectiva da guerra se fortalecia, mais Stálin buscou eliminar toda e qualquer alternativa política à sua liderança, mobilizando a máquina do Terror até mesmo contra seus mais próximos colaboradores. Na configuração da nova ordem política destacam-se o centralismo burocrático, que estabeleceu o esvaziamento definitivo das instâncias independentes e autônomas de organização dos trabalhadores, como os *soviets* e sindicatos; o controle da sociedade civil, que cresceu e se ampliou, mas voltou a ser rigidamente controlada pelo Estado; e uma ideologia legitimadora baseada no culto à personalidade, no nacionalismo russo travestido de teoria do “socialismo num só país” e na transformação do materialismo histórico numa ideologia estatolatra denominada “marxismo-leninismo”, que passou a justificar com ares de cientificidade e inevitabilidade histórica a *realpolitik* do Estado soviético. Assim, o stalinismo reviveu sob o manto do socialismo as tradições e práticas autocráticas do czarismo russo.

A revolução passiva burocrática (1928) identificada com o stalinismo e desencadeada a partir da industrialização acelerada, da “coletivização forçada” no campo e da planificação estatal, significou a vitória definitiva do estatismo sobre o privatismo e o kulakismo com o reforço da antiga autonomia burocrática sobre a sociedade e o dirigismo

estatal sobre toda a economia. Neste sentido, o Estado voltou a ser “tudo” e a sociedade civil “primitiva e gelatinosa”, conforme a famosa metáfora de Gramsci, pois se a revolução passiva burocrática significou uma *revolução* em relação à perspectiva privatista burguesa ao mesmo tempo significou uma *restauração*, uma contra-revolução, em relação à perspectiva proletária e socialista.

Na dialética entre revolução e restauração, a revolução passiva burocrática aboliu definitivamente a economia de mercado, a propriedade e acumulação privadas, eliminando a burguesia e a pequena burguesia enquanto classes, assim superando a própria revolução democrático-burguesa sob o imperativo da modernização econômica. No entanto, a superação da revolução democrático-burguesa não implicou na retomada da revolução socialista, consumando a revolução permanente, mas na restauração de práticas e processos sociais da época do czarismo, sob a capa ideológica do “socialismo num só país”, configurando assim uma verdadeira *contra-revolução* em relação à perspectiva socialista original. Em primeiro lugar, é restaurado o cativo da mão de obra urbana e rural, com o controle das migrações internas e da própria mobilidade dos trabalhadores no trabalho, enquanto a diferenciação salarial e a desigualdade social entre “especialistas” e trabalhadores manuais é estimulada. O planejamento econômico e a estatização da economia radicalizam o intervencionismo estatal “mercantilista” do Estado czarista, tornando o crescimento econômico um fator de fortalecimento e crescimento do aparato estatal. A própria burocracia emerge como única força política institucionalizada e organizada, limitando a sociedade política ao governo, particularmente à alta cúpula, e estatizando a sociedade civil. Este processo se dá por meio da incorporação do partido comunista no Estado, da extinção dos outros partidos e organizações políticas, do fim dos *soviets* enquanto organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, da extinção da comuna rural e da transformação dos sindicatos em órgãos do Estado para o controle dos trabalhadores e sua submissão à lógica do produtivismo e da super-extração da mais-valia. No plano ideológico há uma ampliação significativa dos aparatos culturais, educacionais e científicos, porém sob controle estrito e censura policial. A serviço de uma política de potência,

da legitimação do regime e da submissão das repúblicas e territórios não-russos dentro da URSS à Rússia o velho nacionalismo grão-russo é resgatado, juntamente com valores e tradições do imaginário czarista como a grandeza imperial, o paternalismo do czar, etc. Porém não na sua forma original, mas travestidos na doutrina do “socialismo num só país”, no “culto à personalidade” do líder infalível, na ideologia da “pátria do socialismo” e no próprio marxismo-leninismo, como doutrina da inevitabilidade histórica do socialismo. Nesta operação foram mobilizados não apenas a literatura, o cinema, a música e as artes, mas a própria historiografia, orientada para ressaltar a continuidade entre a grandeza da Rússia dos Czares e a infalibilidade da URSS de Stálin diante do Ocidente capitalista.

Por isto, com a vitória do stalinismo a revolução permanente é interrompida definitivamente, em favor de uma perspectiva burocrática que submete os trabalhadores à uma nova forma de dominação política e social e instala de maneira consolidada um capitalismo de Estado exitoso em termos de desenvolvimento industrial e tecnológico, mas francamente limitado em termos igualitários e libertários. Desse modo, as esperanças de emancipação dos trabalhadores suscitadas pela Revolução de Outubro naufragam no estabelecimento de uma nova forma de dominação social e política.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

LÊNIN, Vladimir I. Às portas da revolução. In: ZIZEK, Slavoj. Às portas da revolução: seleção dos escritos de Lênin de fevereiro à outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 23-169.

MACIEL, David. Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 273-299, jul./dez. 2006.

MACIEL, David. O conceito de revolução permanente em Marx e Engels. In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 205-231.

TROTSKY, León. *Balanço e perspectivas*. Lisboa: Delfos, 1973.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALLINICOS, Alex. *A vingança da História: o marxismo e as Revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CARR, E.H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- CHRETIEN, Todd. Antes de Fevereiro. *Blog Junho*, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/antes-de-fevereiro/>. Acesso em: 15 maio 2017.
- DEL ROIO, Marcos. *O Império Universal e seus antipodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- DEUSTCHER, Isaac. *A Revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- DEUSTCHER, Isaac. *Stálin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LÊNIN, Vladimir I. *O Programa Agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. “Mensagem da Direção Central da Liga dos Comunistas”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. t.1. Lisboa/Moscú: Avante!/Progresso, 1982. p. 178-188.
- MEDVEDEV, Roy. *Era inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MEDVEDEV, Zhores; MEDVEDEV, Roy. *Um Stálin desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MIÉVILLE, China. *Outubro: história da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTEFIORE, Simon. *Stálin: a corte do czar vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NÈRÈ, Jacques. A Rússia no século XIX. In: *História Contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 279-293.
- NÈRÈ, Jacques. A U.R.S.S. In: *História Contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 423-439.
- WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.
- REIMAN, Michal. Os bolcheviques desde a guerra mundial até Outubro”. In: HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 5. p. 75-112.

SILVA, Lígia Maria Osorio. *Lênin: a questão agrária na Rússia. Crítica Marxista*, São Paulo, n. 35, p. 111-129, 2012.

PARTE IV

EDUCAÇÃO, ARTE E INTERNACIONALISMO NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA